

# Justiça gratuita para quem pode pagar?

» JOSÉ PASTORE

Professor da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP. É membro da Academia Paulista de Letras

Por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI nº 5.766/2021, foram considerados inconstitucionais vários artigos da reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que tratavam da justiça gratuita e das despesas de sucumbência para pleitos não atendidos pelos magistrados. Inúmeros artigos vieram a público no fim de 2021 para salientar que a abertura da gratuidade e a isenção de sucumbência para todos os reclamantes daria ensejo, novamente, à conhecida avalanche de ações judiciais temerárias e improcedentes — que lotavam as varas e os tribunais da Justiça do Trabalho. Era a anulação do esforço de “moralização” do processo judicial, pois, sob a Lei nº 13.467/2017, houve expressiva redução do número de ações e, sobretudo, do número de pedidos por ação. Reclamantes e seus advogados passaram a litigar apenas o que tinha chance de vencer.

Decisão do STF não se discute. É para ser obedecida. Mas fiquei impressionado pelos argumentos muito sensatos trazidos pelo ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, em 15 de fevereiro de 2022, ao analisar o processo TST-RR-1000615-67.2019.5.02.0020 no Tribunal Superior do Trabalho. Nas minhas palavras, os seus argumentos são os seguintes:

“A Lei nº 13.467/2017 estabelecia que a Justiça do Trabalho era automaticamente gratuita para o trabalhador que recebia um salário no valor de até 40% do teto dos benefícios da Previdência Social, o que hoje daria cerca de R\$ 2.830.

Dado o baixo nível de remuneração da nossa força de trabalho, isso englobava nada mais nada menos do que 85% dos brasileiros. Para os 15% que recebiam mais de R\$ 2.830, a Lei nº 13.467/2017 também garantia a justiça gratuita mediante comprovação de insuficiência econômica. Não era difícil comprovar a insuficiência econômica: bastava elencar documentalmente os encargos que superavam a capacidade de sustento próprio e familiar.

Exigir esse tipo de comprovação não atentava, e não atenta, contra o acesso à Justiça nem nega a assistência judicial do Estado. Pelo contrário, diz o ministro, “o que não se pode admitir é que o Estado arque com os custos da prestação jurisdicional de quem pode pagar pelo acionamento da Justiça, em detrimento daqueles que efetivamente não dispõem de condições para demandar em juízo sem o comprometimento do próprio sustento ou de sua família”.

Achei essa tese consistente e de forte

cunho social. Essa seria, sem dúvida, uma boa maneira de fazer justiça social: quem pode pagar, quem não pode não paga. O próprio artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal é claro ao dizer que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Sabe-se que a grande maioria das ações trabalhistas refere-se a remunerações inferiores a R\$ 2.830. Mas, em determinadas categorias profissionais, como bancários, profissionais liberais, técnicos especializados, gerentes, diretores etc., os salários são bem superiores a essa importância. Há sentenças que importam em vários milhões de reais. Não tem cabimento tratar situações econômicas tão desiguais de uma forma igual.

Mas o STF decidiu. O que fazer? O caminho é claro. Impõe-se a necessidade de apresentar e aprovar um projeto de lei para deixar essa matéria bem explicitada e, com isso, proteger, automaticamente, 85% dos brasileiros e onerar uma parte dos 15% que podem arcar com os custos de uma ação judicial e de serviços de peritagem quando for o caso. Anorado nos argumentos do ministro Ives, deixo aqui essa sugestão para os parlamentares que estão, genuinamente, interessados em fazer justiça social e poupar o erário.



## O dia em que Jabor ajudou a impedir a intervenção na capital federal

» SIDNEY DA SILVA PATRÍCIO

Ex-presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Há pouco, o Brasil perdeu Arnaldo Jabor, que, tranquilamente, podemos nominar como um de seus filhos mais aguerridos. Apaixonado pelo país, independentemente de correntes político-ideológicas, ele dedicou mais de meio século de carreira entre o cinema, a tevê e o rádio, célebre por comentários irônicos e cáusticos, bem como seus entusiasmos e inspiração polemistas.

Há pouco mais de uma década, a vida de um cidadão brasileiro — o primeiro presidente da Câmara Legislativa nascido na capital de todos os brasileiros —, se cruzou à do cineasta, jornalista, roteirista, diretor de cinema e tevê, dramaturgo, crítico e escritor. Estávamos sempre acostumados as suas ácidas análises, recheadas de ironia e críticas sociais. Mas sempre voltadas para o cenário político nacional.

Ele nasceu 26 anos antes de eu vir ao mundo. Família de classe média, filho de um oficial da Aeronáutica e de uma dona de casa. Eu, de classe baixa, filho de uma dona de casa e de um mestre de obras. Em 1990, com 50 anos, quando ele migrou do cinema para o jornalismo, migrava eu também da carreira policial para a carreira política, aos 24 anos, com minha primeira incursão política.

Tivemos, na primeira crise institucional da capital da República, o olhar da imprensa nacional. Um escândalo de corrupção retratado, diariamente, nos jornais locais e nacionais expunha nossas vísceras e todo esse

sangramento atraía notoriedade. E o gênio esteve lá. Como jornalista, deu voz à indignação dos brasileiros com os descaminhos do Brasil. Como cineasta e escritor, voltou à cidade seu olhar crítico acurado para registrar, em 22 de janeiro de 2010, um episódio rocambolesco envolvendo os principais personagens daquela história que se assemelhava a um filme de terror.

“O filme do panetonegate continua. Suspense, emoção. O juiz Vinícius Santos Silva sentenciava, corajosamente: os arrudinhos não podem ser ao mesmo tempo réus e juizes na tal CPI. Seria assim: ‘Juiz Arruda, o senhor é culpado?’ ‘Não, eu estudei muito o processo’ e conclui, ‘como juiz Arruda, que sou inocente e me absolvo a mim mesmo’. ‘E nós, senhor juiz Arrudão?’, perguntam os oito anões. ‘Ah, Vossas Excelências também estão livres. O que provam, afinal, vídeos mostrando cuecas e meias cheias de grana? Tudo forjado por nossos inimigos’. ‘Oba’, disseram os anões, ‘vamos acabar com a CPI!’”, contou Jabor, retratando humor ácido os últimos episódios da crise.

Em um minuto e 11 segundos, Arnaldo Jabor narrou, com olhar atento sobre as peculiaridades daquele momento delicado que trazia rubor a Odorico Paraguaçu, em Sucupira, do Bem-Amado, de 1993. “Mas o bravo cabo Patrício, novo presidente da Câmara, berrou: ‘Desafistem, sem-vergonhas! Vai haver, sim, a CPI do panetonegate. Assim, em breve, não percam, o temido depoimento do Durval Barbosa. A verdade vem af,

e a opinião pública grita, debaixo de porrada dos cavalos do Arrudão: ‘Isso, Durval Barbosa, abra seu coração, conte tudo. Entre para a história como um segundo Roberto Jefferson. Coragem, vocês estão acabando com a paralisia do Judiciário!’”.

A partir dali, seguimos firmes no movimento que pôs fim às especulações infundadas e desonestas pedindo a intervenção federal na capital que não completara nem duas décadas de autonomia política. À medida que avançávamos nas relações institucionais com o Congresso Nacional e o Poder Judiciário, chancelados por Jabor, conseguíamos deixar claro que estávamos tomando medidas energéticas e efetivas para trazer a cidade de volta à normalidade político-institucional.

Naquela época, a condução do Poder Legislativo, retratada por Jabor, foi de grande relevância na retomada da estabilidade política do DF. Com um comando firme e transparente, num processo isento de apuração de denúncias decorrentes da Operação Caixa de Pandora, seguimos, com rigor, os ritos determinados pelo Regimento Interno da Câmara Legislativa e pela Lei Orgânica do DF. Devolvemos aos brasileiros a normalidade da cidade e asseguramos que a capital não perdesse a autonomia conquistada arduamente há 20 anos por importantes movimentos políticos e populares. E passamos a dividir a história com o gênio dos comentários políticos ora ferinos, ora francamente debochados, mas sempre originais na linguagem.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Educação sem competição

Em tempos de crises profundas, quando a humanidade, por suas escolhas imediatistas, se vê, mais uma vez, em sua história, imersa nos campos áridos da disputa e da luta fratricida, é necessário e vital buscar, nas pausas da reflexão, a luz e a sabedoria daqueles que, por sua experiência e bom senso, podem indicar os caminhos de volta à vida.

É em encruzilhadas e abismos, como agora se anunciam no Leste da Europa, que se precisa convocar a presença dos verdadeiros construtores de pontes, para reestabelecer laços e vínculos perdidos. “Nunca, como agora”, diz um dos mais notáveis construtores de pontes da atualidade, o papa Francisco, “houve a necessidade de unir esforços numa ampla aliança educativa para formar pessoas maduras, capazes de superar fragmentações e contrastes, e reconstruir o tecido das relações em ordem a uma humanidade mais fraterna”.

Refere-se o pontífice precisamente à Campanha da Fraternidade de 2022, cujo lema é “Fraternidade e Educação”, e que, neste momento, parece ganhar uma dimensão toda especial e urgente. Observa-se que, justamentemente por se afastar de uma educação que induza a fraternidade e a partilha é que, mais uma vez, se ouve falar em guerras e destruições. A educação, nos moldes em que ela é ativamente desenvolvida em vários países do globo, e que estimula, sobremaneira, o espírito de concorrência entre o alunado, para que sobreviva numa sociedade cada vez mais competitiva e excludente, está na raiz da maioria das guerras.

Para a então educadora italiana e também construtora de pontes Maria Montessori (1870-1952), na educação estruturada para a competição, está o princípio da maioria das guerras a que temos assistido ao longo da história humana. A paz, dizia ela, não escraviza o homem, pelo contrário, ela o exalta. Não o humilha, muito ao contrário, ela o torna consciente de seu poder no universo. E porque está baseada na natureza humana, ela é um princípio universal e constante que vale para todo ser humano. É esse princípio que deve ser nosso guia na elaboração de uma ciência da paz e na educação dos homens para a paz.

Tivessem os generais e políticos que hoje estão envolvidos direta e indiretamente nesse conflito envolvendo a Rússia e a Ucrânia recebido, em tempo de escola, uma educação próxima daqueles conceitos montessorianos, por certo não estaríamos assistindo ao espetáculo horrendo da dança da morte nos campos de batalha.

O que os soldados fazem nas frentes de batalha, a mando de seus superiores, é repetir o modelo de competição que recebiam em suas escolas. Com uma diferença: agora, os jogos e as disputas saíram das salas de aula e estão sendo praticados de arma em punho, numa autêntica caçada humana.

A Campanha da Fraternidade deste ano *Fraternidade e Educação*, com o subtítulo “fala com sabedoria e ensina com amor”, foi retirada de *Provérbios 31:26-31*, e teve início na quarta-feira de cinzas. A proposta dos idealizadores, com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) à frente, é aprofundar o tema educação, incentivando a reflexão pelo Pacto Educativo Global, conforme convocado pelo papa.

Entre os objetivos estão: analisar o contexto da educação na cultura atual e seus desafios potencializados pela pandemia; verificar o impacto das políticas públicas na educação; identificar valores e referências da palavra de Deus e da tradição cristã, em vista de uma educação humanizadora na perspectiva do reino de Deus; pensar o papel da família, da comunidade de fé e da sociedade no processo educativo, com a colaboração dos educadores e das instituições de ensino; incentivar propostas educativas que, enraizadas no Evangelho, promovam a dignidade humana, a experiência do transcendente, a cultura do encontro e o cuidado com a casa comum; estimular a organização do serviço pastoral em escolas, universidades, centros comunitários e em outros espaços educativos, em especial os das instituições católicas de ensino; e promover uma educação comprometida com novas formas de economia, de política e de progresso verdadeiramente a serviço da vida humana, em especial, dos mais pobres.

### » A frase que foi pronunciada

“É necessário que o professor oriente a criança sem que esta sinta muito a sua presença, de modo que possa estar sempre pronto para prestar a assistência necessária, mas nunca sendo um obstáculo entre a criança e a sua experiência.”

Maria Montessori

### Expressão

» Passeando no site da Embaixada da Alemanha, um internauta perguntou a razão de a instituição defender a Ucrânia e pagar pelo gás da Rússia. Foi bloqueado. Entrou com outra conta e perguntou se isso é saudade da DDR. Foi bloqueado novamente. Quem estava acompanhando viu tudo.

### Vagas

» São raros os alunos do EJA que chegam animados para estudar. Ou o atrativo é o lanche, ou são os colegas que ficam fora da escola em reunião. O diploma é importante, mas como a reprovação é evitada pela direção, esse tipo de aula não tem validade. Basta imaginar uma instituição independente organizar uma prova e aplicar aos alunos que frequentam as aulas à noite. Seria um desastre.

### Produção

» Apoiados pela Emater, os produtores rurais iniciam as feiras de agricultura familiar, que funcionam em março no DF. Veja a lista de datas e locais no *Blog do Ari Cunha*.

### » História de Brasília

O O Globo publica um comentário do “Republican Lorrain”, de Metz, contra Brasília e termina por perguntar se valeu mesmo a pena empreender a construção colossal de Brasília. (Publicada em 18/2/1962)